



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

1

ANEXO VII

TOMADA DE PREÇOS N.º. 01/2021

MINUTA de CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE OLÍMPIA E A EMPRESA....., TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

Aos... dias do mês de... de 2021, através da **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Aurora Forti Neves, n.º 867 - Praça João Fossalussa - Centro, inscrita no CNPJ sob n.º. 51.359.818/0001-36, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Seu Presidente o Sr **JOSÉ ROBERTO PIMENTA**, e, de outro lado, a empresa, Inscrita no CNPJ sob n.º., com sede à rua ..., n.º... - na cidade ..., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente, na forma de seus atos Constitutivos ou suas alterações, por....., RG. n.º....., e CPF n.º....., resolvem firmar o presente Contrato, decorrente da Tomada de Preços n.º. 01/2021, regido pela Lei Federal n.º. 8.666/93, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

2

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Fica estipulado para efeito de registro de contrato, o valor total global de R\$ xxxxxx (_____), conforme Anexo II - Formulário Proposta e Formulário BDI, que é parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1. O reajuste se dará por meio da utilização de índices oficiais, na forma da Lei nº.10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

3.2 São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

3.3 O primeiro reajuste deve levar em conta o índice acumulado nos 12 meses, contados a partir da data de apresentação da proposta e será aplicado sobre o valor de medição remanescente da obra no período correspondente, adotando-se o os índices de preços da construção civil e dos serviços gerais e mão-de-obra divulgada pela FIPE.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE CONTRATAÇÃO

4.1. O prazo total de contratação será de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), a contar da assinatura deste.

4.1.1. Todos os prazos constantes neste Contrato serão em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do vencimento.

4.2. A obra objeto desta Licitação deverá iniciar-se após a emissão de **Ordem de Serviço**.

4.2.1 Os prazos de início para cada etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados desde que, devidamente justificados os motivos, a critério da Administração, mantidas as demais cláusulas do Contrato, e desde que ocorram as hipóteses legais.

CLÁUSULA QUINTA – LOCAL DE EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os serviços serão executados no prédio da Câmara Municipal, localizado na Avenida Aurora Forti Neves, nº 867 - Praça João Fossalussa - Centro Olímpia/ SP.

5.2. O prazo para conclusão da obra fica fixado em 03 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.



CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1. A Contratada deverá solicitar, através de correspondência em 02 (duas) vias, protocolada na sede da contratante o recebimento dos serviços, tendo a ADMINISTRAÇÃO o prazo de até 15 (quinze) dias para lavrar o Termo de Recebimento Provisório.

6.2. O Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos pela ADMINISTRAÇÃO e, quando em contrário, será lavrado Termo de Não Recebimento, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a Contratada, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

6.3. Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a Administração lavrará o Termo de Recebimento Definitivo, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

6.4. Após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no Contrato, por parte da Administração e da Contratada, e após o atendimento ao disposto no item 6.4., lavrar-se-á o Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais no prazo de 05 (cinco) dias do atendimento de todas as condições estabelecidas neste item.

6.5. A Contratada fica obrigada, pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito, quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução dos serviços, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

6.6. Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e de Encerramento de Obrigações Contratuais não eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do Contrato e da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

7.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) ou o acréscimo de até 50% (cinquenta por cento), nos termos do § 1º do art. 65 da Lei federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS MEDIÇÕES

8.1. As medições dos serviços contratados deverão ocorrer a cada período de até 15 (quinze) dias, após o seu início, conforme programação constante do cronograma físico-financeiro.

8.2. A Contratada deverá efetuar a medição dos serviços executados e entregar a Câmara Municipal, que terá o prazo máximo de 03 (três) dias para confirmar o aceite e processar a mesma.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

4

8.3. No caso de não aceitação da medição realizada, a Câmara Municipal devolverá à Contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 03 (três) dias, realizada pelo engenheiro contratado pela Câmara em conjunto com o engenheiro da empresa licitante. A Câmara terá prazo de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

8.4 Os atestes das medições efetuadas pela Contratada serão conferidos pelo engenheiro responsável da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, para somente após este procedimento seguirem para pagamento, que deverá observar os seguintes critérios:

a) Na medição dos serviços, serão considerados executados para fins de pagamento somente os itens da planilha contidos na proposta vencedora (anexo II) que tiverem sido concluídos em sua totalidade.

b) Os serviços de pintura, reparação da cobertura e troca de piso do Plenário poderão ser pagos mediante execução parcial, de acordo com os avanços realizados em cada período, quantificados por metro quadrado concluído e de acordo com os valores apresentados na proposta vencedora.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. As faturas/Notas Fiscais deverão ser emitidas à Câmara Municipal de Olímpia, pela Contratada, no primeiro dia subsequente à comunicação do valor aprovado e o pagamento será efetuado em 3 (três) dias.

9.2 As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá até 05 (cinco) dias após a data da reapresentação.

9.3 O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica.

9.4 Quando, por relevantes razões de interesse público, ocorrer a necessidade de não atendimento ao previsto no subitem 14.7.3., a Contratada será informada da justificativa da Administração, que será devidamente publicada no Diário Oficial do Município de Olímpia.

9.5 Dos pagamentos devidos à Contratada, serão descontados os valores de multas ou eventuais débitos daquela para com a Administração, referentes a qualquer contrato entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

10.1 Das obrigações da Contratada

10.1.1 Manter, na direção da obra, profissional legalmente habilitado pelo CREA, que será seu preposto.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

5

10.1.2 Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja presença no local dos serviços foi julgada inconveniente pela ADMINISTRAÇÃO, incluindo-se o responsável pela reforma.

10.1.3 Analisar, do ponto de vista executivo, os documentos técnicos integrantes do Contrato e comunicar por escrito à Comissão da ADMINISTRAÇÃO as discrepâncias, omissões ou erros, inclusive quaisquer transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou leis, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, sendo que a comunicação não ensejará à Contratada o direito de reclamar no futuro quaisquer prejuízos que julgar haver sofrido, quer administrativa ou judicialmente.

10.1.4 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

10.1.5 Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.6 Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no Contrato e os que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.1.7 Comunicar à Câmara, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.8 Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Câmara.

10.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ADMINISTRAÇÃO, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da reforma, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

10.1.10 Paralisar, por determinação da ADMINISTRAÇÃO, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.11 Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto desta Licitação.

10.1.12 A empresa vencedora deverá atender as especificações técnicas dos serviços de acordo com o termo de referência, e também assumir inteira responsabilidade pela qualidade, e conformidade dos mesmos, nas condições exigidas em edital, no



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

6

instrumento contratual e na legislação que regulamenta a matéria.

10.1.13 Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros.

10.1.14 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

10.1.15 Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Edital e em seus Anexos.

10.1.16 Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

10.1.17 Encaminhar laudos e demais informações requisitadas pelo Contratante, inclusive referentes ao planejamento da execução e atendimento aos pedidos decorrentes da contratação.

10.1.18 Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços avançados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

10.1.19 Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

10.1.20 Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

10.1.21 Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade da Câmara Municipal de Olímpia;

10.1.22 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social;

10.1.23 Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

10.1.24 Apresentar com a Nota Fiscal os documentos relacionados, sem os quais não serão encaminhadas para pagamento:

a) Comprovantes de recolhimento do FGTS referentes aos seus empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE;

b) Comprovantes de recolhimento do INSS referentes aos seus empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

7

- c) Respectiva G.P.S. (Guia da Previdência Social), emitida em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009;
- d) Prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP;
- e) Comprovantes de recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

10.1.25. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

10.1.26. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

10.2. Da Contratante

10.2.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da obra.

10.2.2. Elaborar as planilhas de apontamento de obras, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos nos prazos determinados.

10.2.3. Liberar o local, dentro do prazo previsto no Contrato, para início dos serviços.

10.2.4. Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados.

10.2.5 Notificar a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços.

10.2.6 A contratante devolverá a garantia prestada pela licitante contratada após a execução total do objeto, configurada pelo Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços deste Contrato, a CONTRATANTE, através de funcionário especialmente designado, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

11.2. A Contratante poderá sustar qualquer serviço em execução que comprovadamente não esteja sendo executado com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou bens da CONTRATANTE, ou ainda por inobservância e/ou desobediência às ordens ou instruções da CONTRATANTE, cabendo à Contratada todos os ônus da paralisação.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

8

11.3. Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução dos serviços, feitas pela Contratante ou seus prepostos, a Contratada ou vice-versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processadas por escrito.

11.4. A gestora do contrato será a Sra. Liamar Aparecida Veronezi Correa, e-mail: gestor.contratos@camaraolimpia.sp.gov.br Telefone: (17) 3279-3999.

11.5. A gestora deverá acompanhar o cumprimento do contrato e fiscalizar a execução da entrega, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, consoante do disposto no art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93.

11.6. O engenheiro representante da Câmara de Olímpia ficará responsável pelo acompanhamento técnico da obra e deverá comunicar a gestora do contrato ao verificar qualquer intercorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Sem prejuízo do disposto nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

12.1.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

12.1.1.1. Até 30 (trinta) dias, multa de 0,10% (por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso.

12.1.1.2. Superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,20% (por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso.

12.1.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a critério da Contratante:

12.1.2.1. Multa de 10% (por cento), calculada sobre o valor do contrato não cumprido.

12.1.2.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

12.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 12.1.1.1. e 12.1.1.2. será o do ajuste, corrigido monetariamente, até a data da aplicação da penalidade, pela variação do IPCA ou de outro índice que venha a substituí-lo.

12.3. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão contratual poderá ser:



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

9

- 13.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados abaixo:
- 13.1.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- 13.1.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- 13.1.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados.
- 13.1.1.4. O atraso injustificado no início da obra.
- 13.1.1.5. A paralisação da obra.
- 13.1.1.6. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato.
- 13.1.1.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- 13.1.1.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução.
- 13.1.1.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- 13.1.1.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- 13.1.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Empresa, que prejudique a execução do Contrato.
- 13.1.1.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato.
- 13.1.1.13. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 13.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.
- 13.1.3. Em casos de rescisão enumerados abaixo, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados quando houver sofrido.
- 13.1.3.1 A supressão, por parte da Administração, de obras ou serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido de 25% (vinte e cinco por cento).
- 13.1.3.2 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

10

indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao Contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

13.1.3.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras ou serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração.

13.1.3.4 A não liberação, por parte da Administração, de área local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificados no projeto.

13.1.4. A rescisão contratual pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos acarreta as seguintes consequências:

13.1.4.1 Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

13.1.4.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessário à sua continuidade.

13.1.4.3 Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

13.1.4.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1 - O cumprimento do presente contrato fica vinculado aos termos do edital da Tomada de Preços nº. 01/2021, os seus anexos e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - Os recursos orçamentários encontram-se previstos nas seguintes rubricas da despesa, constante do orçamento vigente:

01	Poder	Legislativo
0101	-	Corpo Legislativo
01.031.0001.1002.000	- Reforma e Ampliação das Dependências	
Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.		

e;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia
“Capital Nacional do Folclore e Terra de Águas Quentes”

11

01 Poder Legislativo
0102 - Secretaria da Câmara
01.031.0001.1002.000 - Reforma e Ampliação das Dependências
Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia, Estado de São Paulo, para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA